

Relator do Sarah quer alteração

O relator da Comissão de Seguridade Social, deputado Geraldo Alckmin (PSDB-SP), só emitirá parecer favorável ao projeto do Executivo propondo que o Hospital Sarah Kubistchek passe a ser gerido por uma associação de direito privado, desde que haja alterações no conselho administrativo da nova entidade. O deputado entende que o projeto deve ser aperfeiçoado de forma a garantir um controle da sociedade na gestão da Associação das Pioneiras Sociais.

“O conselho administrativo da associação deve incluir representantes dos pacientes, funcionários, do Conselho Federal de Medicina e do Ministério da Saúde”, defende Alckmin. Pela proposta do Executivo, os atuais 21 membros do Conselho Comunitário da Fundação Pioneiras Sociais comporiam o conselho de administração da associação, com mandato de seis anos, e direito à reeleição. Um substitutivo do deputado Sérgio Arouca (PCB-RJ) também propõe mudanças na composição do conselho que vai gerir a entidade.

O deputado tem até o dia 8 de setembro — data limite da votação, caso não seja retirado o pedido de urgência constitucional — para emitir o parecer. “O ideal é que o projeto tenha mais tempo para ser amplamente discutido”, disse o relator, diante da polêmica em torno da “forma inovadora” de gestão proposta. As lideranças de alguns partidos estão tentando conseguir com que o presidente Fernando Collor retire o pedido de urgência, de acordo com Alckmin.

Emendas

O relator da Comissão de Seguridade Social e Família está anali-

sando 18 emendas apresentadas ao projeto, mais o substitutivo. Uma das emendas, a de número 15, da deputada Jandira Feghali (PC do B-RJ) foi rejeitada na Comissão de Finanças, que mostrou-se favorável às demais. O projeto tramita, ainda, na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Trabalho. “Antes de ir a plenário, será votado na Comissão de Seguridade Social, única a julgar o mérito”, explicou o deputado.

Outras mudanças defendidas pelo relator estão no processo seletivo de recursos humanos e de licitação. “O projeto não estabelece critérios para esses dois pontos”, disse o deputado, que defende a realização de concurso para o ingresso de novos funcionários na Associação e formas de controle dos gastos por parte da sociedade.

Gratuito

Apesar da polêmica de uma entidade privada gerir recursos públicos, Alckmin é defensor do contrato de gestão, por entender que os centros de excelência que desenvolvem pesquisas — como o Sarah Kubitschek — devem ter um tratamento diferenciado. “A implantação dessa nova forma de gestão não permitirá que uma instituição de ponta venha a ser sucateada”, afirmou.

Geraldo Alckmin destaca que a transformação em associação não muda a forma de atendimento à população. “O acesso ao tratamento médico na instituição permanecerá universal e gratuito”, disse. Em sua opinião, uma maior autonomia na administração vai melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão.